



PECADO
ORIGINAL

Jonathan Edwards



Sumário



<i>Apresentação</i>	11
<i>Prefácio</i>	15
<i>Advertência</i>	17

PARTE I

Uma defesa da grande doutrina cristã do pecado original.....	23
--	----

CAPÍTULO I. A evidência de pecado original a partir da pecaminosidade

humana observada	25
------------------------	----

SEÇÃO I

Toda a humanidade em todas as épocas, sem exceção, se embrulha com o mal moral; na verdade, essa condição nada mais é que sua perdição profunda e perpétua, a privação total do favor de Deus e, conseqüentemente, a nossa sujeição à vingança e ira divinas

.....	25
-------	----

SEÇÃO II

A partir da prova da proposição anterior, concluímos que toda natureza humana sofre de uma tendência ao pecado e ao mal, que implica na absoluta e eterna devastação da raça humana

.....	35
-------	----

SEÇÃO III

Já provamos que a tendência ao pecado faz parte da natureza humana, e essa tendência é má, depravada e pernicioso. A partir desse fato, entendemos que a alma humana, por natureza, está num estado corrupto, caído e arruinado. Essa é a segunda parte da consequência que esboçamos na primeira seção.....

.....	41
-------	----

SEÇÃO IV

A depravação da natureza humana consiste de uma propensão universal ao pecado, desde a idade em que as pessoas têm consciência dele, e esse

comportamento continua progressivamente ao longo de suas vidas. Ademais, os resquícios do pecado permanecem, mesmo nas melhores pessoas..... 45

SEÇÃO V

A depravação da natureza humana se manifesta da seguinte forma: a tendência ao pecado é muito maior que a tendência à justiça, não apenas em relação ao valor e demérito, mas também no que tange à substância e quantidade 49

SEÇÃO VI

A corrupção da natureza humana se torna evidente em sua tendência à tolice e estupidez extremas em questões de religião..... 55

SEÇÃO VII

A natureza corrupta do ser humano se confirma quando observamos que a maior parte da humanidade em todas as épocas é perversa..... 63

SEÇÃO VIII

Mais uma prova da depravação natural da humanidade é a falta de resultados diante das muitas tentativas enérgicas de promover a virtude no mundo 71

SEÇÃO IX

Consideremos agora alguns equívocos nos argumentos feitos contra a natureza humana pecaminosa, a partir de experiência e eventos..... 86

CAPÍTULO II. A mortalidade universal prova o pecado original; em particular, a morte de bebês, dentro de circunstâncias variadas 99

PARTE II

Observações a respeito de trechos da Escritura Sagrada que comprovam a doutrina do pecado original 111

CAPÍTULO I. Observações a respeito dos três primeiros capítulos de Gênesis, em relação à doutrina do pecado original 113

SEÇÃO I

A questão da justiça original: nossos primeiros pais foram criados justos, com retidão moral de coração? 113

SEÇÃO II

A respeito do tipo de morte que acometeria nossos primeiros pais se eles comessem do fruto proibido 124

SEÇÃO III

Aqui investigamos se existe algo nos primeiros três capítulos de Gênesis que nos leve a crer que Deus, em seu relacionamento com Adão, estivesse lidando com a humanidade em geral, representada por seu primeiro pai. Também perguntamos se a ameaça da morte, caso Adão comesse do fruto proibido, incluía não apenas ele, mas a sua posteridade toda..... 129

CAPÍTULO II. Observações a respeito de outras partes das Escrituras Sagradas, principalmente no Antigo Testamento, que provam a doutrina do pecado original. 141

CAPÍTULO III

Observações sobre outros lugares nas Escrituras, principalmente no Novo Testamento, que provam a doutrina do pecado original..... 151

SEÇÃO I

Observações sobre João 3.6, com conexões a outras passagens do Novo Testamento..... 151

SEÇÃO II

Observações sobre Romanos 3.9-24..... 158

SEÇÃO III

Observações sobre Romanos 5.6-10 e Efésios 2.3 e seus contextos, junto com Romanos 7 164

CAPÍTULO IV. Observações sobre Romanos 5.12, até o fim. 175

SEÇÃO I

Meu comentário sobre a explicação do doutor Taylor a respeito desse texto..... 175

SEÇÃO II

Algumas observações a respeito do escopo, do sentido e das conexões nesse parágrafo extraordinário: Romanos 5.12ss; acompanhadas de reflexões sobre as evidências da doutrina do pecado original nesse texto..... 197

PARTE III

A evidência que temos da doutrina do pecado original, no que as Escrituras revelam a respeito da redenção realizada por Cristo 207

CAPÍTULO I. A evidência do pecado original a partir da natureza da redenção, na obtenção dela.....	209
CAPÍTULO II. As evidências da doutrina do pecado original, a partir do ensino da Escritura sobre a aplicação da redenção.....	215
PARTE IV	
Respostas a objeções.....	223
CAPÍTULO I. Pergunta-se: Não é inconsistente com a natureza do pecado supormos que homens nasçam em pecado, sem que tenham feito qualquer escolha ou tenham cometido qualquer ato por vontade própria?.....	225
CAPÍTULO II. A respeito da objeção à doutrina da corrupção nativa, que diz: se os homens vêm à primeira existência em pecado, o autor dessa existência não seria também o autor da depravação deles?.....	229
CAPÍTULO III. Uma consideração da grande objeção contra a imputação do pecado de Adão à sua posteridade. Essa objeção alega que essa imputação é injusta e insen- sata, pois Adão e sua posteridade não são a mesma coisa. Acrescenta-se uma breve reflexão sobre a possibilidade levantada por algumas pessoas, de que a culpa de Adão seja imputada à sua posteridade, porém, num grau infinitamente menor.....	237
CAPÍTULO IV. No qual algumas outras objeções são consideradas.	253
Conclusão.....	267
<i>Apêndice A</i>	271
<i>Apêndice B</i>	277
<i>Apêndice C</i>	281
<i>Apêndice D</i>	283
<i>Apêndice E</i>	285
<i>Bibliografia</i>	289
<i>Índice remissivo</i>	291
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	295



Apresentação



A doutrina do pecado original observa na Escritura o papel representativo de Adão (Rm 5; 1Co 15) e postula que o pecado desse cabeça federal resultou em *estado e condição* pecaminosos. O estado é a nossa relação com a lei. Legalmente, somos culpados em Adão. Essa é a razão de porque “éramos, por natureza, filhos da ira” (Ef 2.3). Isto é, nascemos debaixo da condenação divina. Por isso é que em Adão todos estão mortos (Rm 5.12; Ef 2.1). Se o estado é a nossa relação com a lei, a condição é a nossa situação moral; moralmente somos corruptos. Davi observa que não somente os ímpios se desviam desde a sua concepção (Sl 58.3), mas ele próprio foi concebido em pecado (Sl 51.5). Não nos tornamos pecadores porque pecamos, mas somos inclinados ao pecado desde a infância mais tenra porque nossa disposição moral é pecadora. É impossível mudar essa condição pecaminosa naturalmente, mediante resoluções pessoais (Jr 13.23), pois nossa sujeira provém do mais íntimo: o coração (Jr 17.5). Portanto, pecado original diz respeito a termos culpa e corrupção herdadas do pecado de Adão.

Na história da igreja, houve quem negasse a conexão do pecado de Adão com nossos pecados. Pelágio, no início do século 5, ensinava que Adão foi criado neutro — nem mau nem bom. Para Pelágio, os homens possuem uma vontade totalmente livre que os permite fazer tanto o bem quanto o mal, ao seu bel prazer. Para ele, responsabilidade moral pressupõe capacidade para tal. Se eu devo, então eu posso. Peter Sanlon diz que no pelagianismo só pode haver culpabilidade se a vontade for totalmente livre para escolher a virtude, sem ser compelida a nada a não ser ela mesma, uma ética tipicamente estoica na qual a virtude é resultado da determinação.¹ A vontade do homem seria como uma mola na porta: depois de todo movimento em qualquer direção, ela volta para a sua posição neutra. A universalidade do pecado era resultante da imitação; homens seguem o mau exemplo de seus antecessores.

Agostinho de Hipona reagiu ao ensino de Pelágio expondo a doutrina bíblica do pecado. Para ele, o pecado trata de mais do que ações, faz parte de nossa disposição. Em outras palavras, pecado seria mais do que aquilo que fazemos; seria a fonte

¹Peter Sanlon, “Original sin in Patristic theology”, in: Hans Madueme; Michael Reeves, orgs., *Adam, the fall, and original sin* (Grand Rapids: Baker, 2014), p. 96-8.

pecaminosa de onde brotam nossos atos maus. Agostinho havia compreendido que somos dirigidos pelos nossos amores e o pecado de Adão que nos foi transmitido despertou a “concupiscência” — seu termo preferido para se referir à perversão dos desejos internos.² Ainda no século 5 o pelagianismo foi rejeitado, mas novas formas de pelagianismo perduravam (semi-pelagianismo). O Sínodo de Orange, no século 6, acabou endossando a teologia agostiniana e essa doutrina se tornou a posição oficial da igreja cristã ao longo da Idade Média e da Reforma.

Os dias de Jonathan Edwards (1703-1758), porém, eram mui distintos do pensamento teológico tradicional. O Iluminismo do século 18 suscitou um otimismo quanto à humanidade e propagou a crença de que ela chegara à maturidade intelectual, política e social. A religião iluminista, o deísmo, foi proeminente principalmente na Inglaterra e marcou o contexto intelectual de Edwards. O deísmo tinha grande confiança no potencial humano de liberdade moral e manutenção de uma vida virtuosa. O deísmo revivia uma antropologia pelagiana. O conceito de pecado original caíra em descrédito nesse período moderno, como a obra de John Taylor (1694-1761) publicada em 1740 comprovou. Essa obra influenciou significativamente as colônias da Nova Inglaterra, região americana em que Edwards viveu, e por isso se tornou o principal oponente combatido no tratado de Edwards sobre o pecado original.

George Marsden afirma que Edwards estava desenvolvendo uma série de cadernos intitulados “Livro de Controvérsias” onde vários ensinamentos calvinistas controversos eram cobertos, dos quais ‘pecado original’ era a sua preocupação mais urgente.³ Em uma carta para John Erskine em julho de 1752, ele revelou sua preocupação com a Inglaterra abrigando vários ataques ao calvinismo “desde o arminianismo, até o latitudinarismo, socinianismo e deísmo” e que as defesas calvinistas na Inglaterra e na América Colonial estavam colapsando.⁴ Portanto, Edwards assumiu a tarefa de combater esse perigo por meio de sua pena e acabou desenvolvendo sua defesa da doutrina ao longo da década de 1750. O livro foi completado antes de sua morte, mas publicado postumamente em setembro de 1758.

O livro de Edwards é dividido em quatro partes. A primeira parte apresenta evidências lógicas e empíricas favoráveis à doutrina do pecado original. Ele afirma, por exemplo, que é tolo argumentar que o ser humano é bom por ser inclinado mais a atos bons do que a maus, assim como um navio não pode ser bom por gastar mais horas navegando do que afundando ou como uma estrada não pode ser considerada segura se apenas poucos trechos dela é que apresentam perigos fatais. Edwards também usa argumentos empíricos como a escassez de homens piedosos mesmo nos melhores países, além da morte de muitos bebês, confirmando a universalidade da corrupção e da culpa. Na segunda parte, ele apresenta as evidências escriturísticas em

²Sanlon, “Original sin in patristic theology”, p. 103.

³George Marsden, *Jonathan Edwards: a life* (Yale: Yale University Press, 2003), p. 447.

⁴Ibidem, p. 448.

prol da doutrina em questão ao expor textos como Gênesis 3, Romanos 5, Efésios 2, dentre tantos outros. Na terceira parte, onde se encontram evidências teológicas, ele conecta o nosso pecado com a redenção em Cristo. Na quarta parte, ele responde a várias objeções contra a doutrina.

A estrutura da obra reflete o espírito da época, ainda que esteja combatendo o otimismo de seus dias. Isto é, os argumentos em favor da doutrina estão calcados em três pilares epistemológicos: razão, experiência e Escritura. Uma metodologia altamente confiante na razão e interessada em comprovação empírica reflete tendências metodológicas fortemente iluministas. Além da metodologia, Paul Helm observa que o diálogo de Edwards extrapola os limites confessionais que ele representa. Edwards cita pouquíssimo teólogos reformados conservadores, mas explora os filósofos Francis Hutcheson e John Locke contra o pensamento de seus oponentes.⁵ Portanto, Edwards consegue ser ao mesmo tempo conservador e inovador em sua defesa da doutrina do pecado original. Sua doutrina, em geral, era teologicamente conservadora, mas com uma apresentação condizente com o espírito iluminista da época.

Embora mormente conservador na exposição da doutrina, os especialistas em Edwards costumam destacar duas áreas nas quais ele se desviou da doutrina tradicional, as quais aparecem no final de sua obra (parte 4). A primeira área inovadora é quanto à mecânica de como ocorreu o primeiro pecado. Enquanto boa parte da tradição cristã sempre julgou impossível explicar como Adão e Eva totalmente santos puderam escolher aquilo que odiavam e pecar contra o Senhor, Edwards procurou apresentar uma mecânica do primeiro pecado falando de princípios superiores/sobrenaturais segurando os princípios naturais/inferiores no estado de perfeição (semelhante a Tomás de Aquino). Ainda que a presença de princípios inferiores seja a tentativa de explicar que Deus não pode ser o culpado pelo pecado de Adão, mas que essa culpa já era inata ao homem, Edwards acaba apresentando um ser humano pré-queda como criacionalmente imperfeito. A outra inovação de Edwards diz respeito à explicação de como o pecado de Adão se torna nosso com uma metafísica de criação continuada, em que Deus sustenta cada substância criada momento após momento, através de uma agência imediata, sem falar de causas secundárias na sustentação da criação. Essa é a sua tentativa de dizer que Deus constitui a raça como um indivíduo, presente no tempo e no espaço ao recriá-la; Adão deixa de ser representante nosso, para ser humanidade conosco. O pecado dele, portanto, passa a ser propriamente nosso.

Ambos os argumentos são bem complexos, mas servem para alertar o leitor de que Edwards não tem receio de defender doutrinas tradicionais com novos argumentos, utilizando filósofos heterodoxos, com o fim de firmar a doutrina tradicional

⁵Paul Helm, "The great Christian doctrine (original sin)", in: John Piper; Justin Taylor, orgs. *A God entranced vision of all things: the legacy of Jonathan Edwards* (Wheaton: Crossway, 2004), p. 179.

para os seus dias. Parte de sua genialidade está em defender doutrinas antigas em novos contextos. Edwards está situado na dobradiça da história, sustentando a fé de seus antepassados com uma abordagem e cosmovisão tipicamente moderna. Isso torna Edwards especialmente desafiador e interessante de ser estudado. Prepare-se para uma leitura inteligente, repleta de argumentação lógica bem embasada, engajamento bíblico e respostas sólidas aos críticos de seus dias.

Prof. Heber Carlos de Campos Júnior
Coordenador do Centro Jonathan Edwards/Brasil
Professor de Teologia Histórica no Centro Presbiteriano
de Pós-Graduação Andrew Jumper.



Prefácio do autor



O tratado a seguir se propõe não apenas responder a qualquer *livro específico* escrito contra a doutrina do *Pecado Original*, mas, sim, desenvolver uma defesa geral dessa doutrina importante. Mesmo assim, nesta defesa eu tomo ciência dos argumentos principais levantados contra essa doutrina, por alguns opositores notáveis que tive oportunidade de ler: em particular, dois autores já falecidos, o doutor Turnbull e o doutor Taylor, de Norwich. Interaço mais com Taylor, com foco em dois livros de sua autoria: *The Scripture-doctrine of original sin proposed to free and candid examination* [A doutrina bíblica do pecado original, submetida à análise livre e transparente]; e *Key to the apostolic writings* [Chave dos escritos apostólicos], com *A paraphrase and notes on the Epistle to the Romans* [Paráfrase e comentário da Epístola aos Romanos]. Sigo de perto o livro do doutor Taylor a respeito do pecado original, com o intuito de não negligenciar nenhum aspecto importante de seu raciocínio, bem como de não deixar nenhum argumento dele sem resposta. Creio que essa doutrina é de grande importância, e que todos hão de concordar com isso, se for verdade. Pois, se for o caso que toda a humanidade está, por natureza, em estado de perdição total, a respeito do mal moral ao qual os seres humanos estão sujeitos, e a respeito do mal afetivo ao qual estão expostos, um sendo a consequência e a punição do outro; então, sem dúvida, a grande salvação realizada por Cristo está diretamente ligada a essa desintegração e é o remédio para a doença. Consequentemente, o evangelho inteiro, ou a doutrina da salvação, pressupõe essas condições; e toda crença genuína, ou toda compreensão verdadeira do evangelho, é necessariamente edificada em cima disso.

Acredito que a doutrina do pecado original é verdadeira e importante e, portanto, espero que a minha defesa dela seja interpretada de forma sincera e imparcial por aqueles que se dedicam à leitura do presente tratado. Neste livro, pretendo examinar todos os pontos salientes do livro de doutor Taylor, e também de sua exposição de Romanos, além de responder argumentos contra a doutrina do pecado original escritos por outros autores contemporâneos. Este trabalho não é apenas uma resposta ao doutor Taylor e outros opositores da doutrina do pecado original; é também uma defesa geral daquela doutrina, com evidências de sua veracidade e respostas a objeções

levantadas contra ela. Espero que esta tentativa minha não seja considerada supérflua nem inútil, mesmo diante de outras publicações que abordam o mesmo tema.

Também espero que o plano ambicioso deste tratado justifique seu tamanho; que os leitores entendam o quão laborioso foi executar esse plano de trabalho levando-se em consideração quantas obras foram escritas contra a doutrina do pecado original, somadas à análise da plausibilidade de seus argumentos e a força do preconceito das pessoas em oposição à doutrina. Não podemos esperar que os leitores sejam satisfeitos com nada menos que um tratamento abrangente de quase todos os opositores e, em particular, o falecido e enganoso escritor, o doutor Taylor. Enfim, espero que o tamanho deste tratado não seja considerado excessivo, além do que a matéria exige. No entanto, deixo esse julgamento para o leitor inteligente e sincero.

Stockbridge, 26 de maio de 1757.

A seguir, quando me refiro a “p. 40” ou “p. 50”, sem a menção da fonte, estou citando o livro do doutor Taylor, *Scripture-doctrine of original sin* [A doutrina bíblica do pecado original]. O símbolo “S.” se refere ao Suplemento. A palavra “Chave” indica o livro do doutor Taylor, *Key to the apostolic writings* [Chave dos escritos apostólicos]. A marca “§”, seguida de uma letra ou de um número, aponta para um trecho ou um parágrafo nesse livro. Quando cito *Preface to Par. on Epist. to Romans*, seguido por 145.47, por exemplo, estou me referindo à página 145, parágrafo 47 desse livro. (N. do A)



Advertência



Uma breve apresentação deste livro e do seu autor

O reverendo, autor desta obra, foi ceifado pela morte antes de sua publicação. No entanto, antes disso, o manuscrito foi enviado à gráfica. Ele chegou a revisar algumas provas do texto. As pessoas familiarizadas com o autor, que conhecem seu caráter justo e apreciam este tema tão importante não vão querer, além do fato deste tratado ter sido escrito pelo senhor Edwards, dizer absolutamente nada mais para recomendá-lo.

Algumas obras valiosas sobre esse mesmo assunto foram publicadas recentemente, defendendo o mesmo lado da questão. Mas, ao longo do seu projeto, Edwards desconhecia todas elas, com a exceção da primeira. É difícil imaginar outro livro que pudesse superar a presente obra, pois ela abrange uma variedade de argumentos e responde a muitas objeções não exploradas por outros respeitáveis autores. Edwards fez questão de utilizar linguagem e métodos que lhe eram familiares, além de um raciocínio claro adaptado para as pessoas comuns. Para todos os amigos da verdade deve ser gratificante saber que uma mão tão habilidosa tenha assumido a tarefa de interagir com o doutor Taylor, embora haja outras respostas já escritas, tanto aqui quanto no exterior.

Acredita-se ser apropriado que este livro póstumo não ficasse sem homenagem digna de seu autor. Portanto, esperamos que o leitor aceite de bom agrado o seguinte comentário:¹

Da mesma maneira que Edwards alegremente entregava todos os aspectos de sua vida à vontade do Céu, ele morreu, ou, como a Escritura expressa de forma enfática, em relação ao santo em Cristo Jesus, ele adormeceu sem a mínima aparência de dor e com grande tranquilidade. De fato, quando percebeu que os seus sintomas eram de uma enfermidade mortal, dizem que durante um tempo ele ficou perplexo sobre o sentido dessa conduta misteriosa da Providência divina. Pois ele foi chamado de uma vida privada abençoada para um lugar de destaque e influência. E então, de repente,

¹Em vista do texto biográfico mais amplo no primeiro volume, alguns detalhes particulares contidos nele são omitidos aqui, a fim de evitar repetição desnecessária.

quando estava começando a entrar nesse ministério, foi transferido daqui dessa maneira, pela mortalidade! Antes, no entanto, não demorou muito para ele enxergar a sabedoria e a bondade de Deus nessas circunstâncias surpreendentes. Com submissão plácida, Edwards logo se prontificou a seguir a soberana vontade do Céu. Ele deixou este mundo enquanto vivia a alegria da fé para se encontrar com Jesus a quem a sua alma amava, para estar com ele, contemplar a sua glória e regozijar-se em seu reino.

Edwards era alto e esguio. Havia algo extremamente delicado em seu aspecto corporal que sempre o obrigava a observar uma rígida temperança. Vivía de maneira cautelosa e prudente. Essas estratégias o ajudavam a trabalhar incessantemente e a suportar muito estudo, que, como Salomão observa, é fadiga ao corpo. Talvez nunca houvesse um homem tão constantemente retirado do mundo para dedicar-se à leitura e à contemplação. Impressiona que sua estrutura frágil pudesse subsistir debaixo de tanto esforço diário e prolongado. No entanto, poucos meses antes de sua morte, quando um amigo comentou sobre sua fragilidade, Edwards lhe respondeu que podia aguentar o estudo mais minucioso da mesma maneira que fazia há trinta anos, e podia exercitar o ministério do púlpito sem se cansar demasiadamente. Em sua juventude ele parecia saudável e relativamente vivaz, mas nunca fora robusto. Em sua vida adulta, parecia muito magro (quase escrevi “mortificado”) pelos estudos pesados e pela intensidade de suas reflexões. Por isso sua voz era fraca demais para ser ouvida por grandes grupos, embora sua comunicação melhorasse com técnicas de ênfase apropriada, ritmo certo, pausas bem medidas e pronúncia distinta.

Edwards tinha um olhar penetrante, o indício mais revelador da mente. Seu aspecto era uma mistura de severidade e afabilidade. Tendia-se à gravidade e à sobriedade; era sempre contemplativo e reservado na conversa. Seu comportamento era decoroso, livre de expressões pessimistas, superficiais e desdenhosas. Não havia nele qualquer aparência de ostentação, leviandade ou vaidade. A sua imaginação era suficiente para um grande homem, mas ele não era movido por divagações exuberantes, nem atraído por pessoas com essa tendência. O seu temperamento era naturalmente equilibrado; a sua mente fortificada e santificada pelo Espírito de Deus, sendo-lhe de grande vantagem ao longo de sua vida nas tarefas difíceis e nas tribulações. Injúrias pessoais ele carregava com mansidão e paciência, e estava disposto a perdoar. A humildade, modéstia e serenidade de Edwards o aproximavam de seus conhecidos, e parecia amigável aos olhos daqueles que tiveram o privilégio de conversar com ele. Era um amigo verdadeiro e fiel, e mostrava benevolência desinteressada ao seu próximo. Os relacionamentos que nutria foram adornados com conduta exemplar; ele cuidava para que cumprisse cada responsabilidade com a devida seriedade. Edwards mantinha correspondência ampla com ministros e outros ao redor do mundo. Suas cartas sempre continham comunicações significativas e valiosas. Em sua vida particular, era exemplo de religião e virtude racionais, consistentes e uniformes, uma instância brilhante do poder e da eficácia daquela fé santa,

à qual era ligado de maneira tão firme, e da qual era um defensor enérgico. Exibia uma espiritualidade robusta; a sua alma estava inclinada ao céu. Enxergava-se nele uma aparência formosa: uma rara mistura de atributos cristãos, unida aos dons mais ricos, os quais se serviam e recomendavam-se um ao outro.

O seu aparato intelectual de estudioso era ímpar, considerando as desvantagens que nos assolam neste canto remoto do mundo. Ele descobriu cedo a sua capacidade intelectual acima do comum. Essa capacidade se amadureceu e se expandiu aos poucos através de esforço diário e aplicação. Ele era notável pela extensão e penetração do seu entendimento, por seus poderes de crítica e distinção acurada, por seu raciocínio ligeiro, pela solidez de seu julgamento e pela força de seus argumentos. Tudo isso fez dele um adversário intelectual forte e incisivo. Edwards era lógico por natureza, e também metafísico. No entanto, essas habilidades foram aprimoradas por meio de especulação, observação e interação. Ele tinha uma boa compreensão do universo de ciências humanas e exatas e possuía conhecimento valioso dos recursos clássicos em filosofia, matemática, história, cronologia e outras áreas. Pelas bênçãos de Deus em seus estudos incansáveis, até o fim, Edwards estava constantemente guardando um tesouro de conhecimento prático tanto humano quanto divino.

Portanto, parecia que Edwards tinha um preparo fora do comum para a tarefa árdua e importante a qual ele finalmente foi chamado. Temos motivos para pensar que, se o Céu tivesse nos agraciado com a continuação de sua vida preciosa, Edwards teria sido uma bênção singular à faculdade, e poderia ter servido a sua geração por bom tempo, de acordo com a vontade de Deus.

Pois deve ser dito que a teologia era sua área preferida de estudo; e o ministério era a ocupação que mais lhe trazia felicidade. Entre os ilustres da igreja nessas regiões americanas, ele era merecidamente conhecido como estrela de primeira magnitude, completamente versado em todos os ramos da teologia: didática, polêmica, casuística, experimental e prática. Em conhecimento teológico e habilidades relacionadas, Edwards tinha poucos pares: e talvez não houvesse ninguém que fosse superior a ele, pelo menos nessas matérias. Quando se tratava de examinar de forma madura os diferentes conjuntos de princípios no mundo, e de compará-los com as Escrituras Sagradas, com os oráculos de Deus e com o grande padrão da verdade, ele era protestante e calvinista; aderiu com firmeza inabalável e zelo fervoroso aos artigos principais da religião reformada. No entanto, sua atitude era temperada com caridade e transparência, e governada pela discrição. Ele parecia pouco tocado pelos preconceitos do mundo acadêmico, ou pela intolerância. Quanto ao cristianismo prático e vital, nenhum outro homem tinha conhecimento maior de sua natureza e importância, nem entendimento da verdadeira religião e do seu poder. Tudo isso fez com que Edwards fosse um guia excelente para almas curiosas, defendendo-as de todo tipo de religião falsa. Sua percepção da interação entre Deus e almas humanas veio pelo severo desafio da razão e da revelação. Essa percepção o preservou, em

sentimento e conduta, de qualquer traço de “entusiasmo”.² O teólogo experiente permeava o seu caráter.

Como pregador, Edwards era ponderado, sólido e instrutivo. Raramente trazia controvérsia para o púlpito e não tratava os sermões como se fossem dissertações acadêmicas. Em geral, seus sermões eram bem diferentes de suas composições controversas; tudo era claro, familiar, resumido e prático. Ele passava longe da aparência de ser um grande homem, ou de querer exibir suas habilidades acadêmicas extraordinárias. No entanto, Edwards preservava o caráter de um teólogo virtuoso e completo. Os temas comuns de seu ministério eram os mais sérios e proveitosos, com destaque para as grandes verdades do evangelho de Cristo, nas quais ele vivia pela fé. Seu método na pregação era primeiro apelar ao entendimento e discernimento dos ouvintes, esforçando-se para iluminá-los e convencê-los. Segundo, ele persuadia a volição, envolvia as afeições e instigava os poderes ativos da alma. A sua linguagem era apropriada e pura, mas com uma negligência nobre: nada de ornamentos. A beleza preferida dele não era a dicção florida. Seus talentos eram de uma categoria superior. Ele se preocupava com pensamentos, em vez de palavras. Seu estilo no púlpito era caracterizado principalmente por precisão de sentimento e nitidez de expressão. Seu falar não era nem rápido nem devagar. Havia compaixão em sua voz; sua oratória raramente deixou de chamar a atenção das pessoas, aquecer os corações e estimular as consciências auditivas. Edwards procurava apresentar-se a Deus aprovado, um obreiro que não tinha do que se envergonhar, que manejava corretamente a palavra da verdade. Ele se dedicava tanto à oração quanto ao ministério da Palavra. Deus se agradou de atribuir-lhe grande honra, coroando seus esforços com sucessos surpreendentes na conversão de pecadores e na edificação dos santos para o avanço do reino e da glória de Deus nosso Salvador Jesus Cristo.

Como escritor, o senhor Edwards destacou-se na hora da controvérsia, à qual foi chamado em várias ocasiões. Nesse contexto, a superioridade de seu intelecto aparecia de maneira eminente. Ele sabia organizar as suas ideias de maneira exata. Ele aplicava sua mente a um problema e, com a força incomum de seus poderes intelectuais, podia exaurir todas as questões que lhe foram apresentadas. Na última parte de sua vida, Edwards defendeu diligentemente o cristianismo contra os erros da época, tanto em aspectos doutrinários quanto em questões práticas. Além de seus escritos excelentes a favor do poder da piedade, que durante um tempo felizmente prevalecia em muitas partes da América Britânica, ele fez uma nobre defesa contra o emocionalismo e a religião falsa que ameaçava se espalhar por meio de seu tratado incomparável sobre as afeições religiosas. Mais recentemente, em oposição ao pelagianismo, ao arminianismo e a outros princípios falsos, publicou um tratado muito bem elaborado sobre a liberdade da vontade humana. Esse volume lhe rendeu

²A palavra “enthusiasm” era usada nessa época como termo pejorativo, para descrever pessoas que (supostamente) valorizavam as emoções e paixões acima da razão e da racionalidade. (N. do T.)

elogios de teólogos eminentes do mundo inteiro. Vários professores de teologia nas universidades holandeses lhe enviaram agradecimentos pela assistência prestada na pesquisa deles acerca de alguns pontos controvertidos, pois Edwards havia sustentado o seu argumento mais do que qualquer outro autor que eles haviam conhecido. Agora o presente volume, sobre a grande doutrina cristã do pecado original, é apresentado ao público. Embora seja cuidadosamente adaptado a capacidades menores de compreensão, este livro contém traços evidentes de sua grande inteligência e, com força superior de argumentação, parece ter confundido o seu oponente.

Seus escritos lhe servirão de memorial perpétuo, fazendo seu nome florescer em terra árida. À medida que as bênçãos do Céu atendem o estudo de suas obras, serão efetivamente conducentes à glória de Deus e ao bem das almas. A coroa do autor brilhará mais forte e aumentará a sua alegria no dia da recompensa futura.

PRIMEIRO EDITOR.



PARTE I

Uma defesa da grande doutrina cristã do pecado original



Aqui levantaremos evidências de pecado original, em fatos e incidentes, em observação e experiência, junto com os relatos e o testemunho das Escrituras Sagradas e as declarações e alegações de opositores.



CAPÍTULO I

A evidência de pecado original a partir da pecaminosidade humana observada



Seção I

Toda a humanidade em todas as épocas, sem exceção, se embrulha com o mal moral; na verdade, essa condição nada mais é que sua perdição profunda e perpétua, a privação total do favor de Deus e, conseqüentemente, a nossa sujeição à vingança e ira divinas.

A expressão *Pecado Original* é utilizada por teólogos para descrever a corrupção inata do coração humano. Contudo, quando se fala da doutrina do pecado original em linguagem comum, o conceito inclui não apenas a corrupção da natureza, mas também a imputação do primeiro pecado de Adão. Em outras palavras, fala-se da responsabilidade e da vulnerabilidade da posteridade de Adão diante do julgamento divino e da participação da raça humana no castigo daquele pecado. Até onde eu sei, as pessoas que afirmam uma dessas posições também afirmam a outra. Da mesma forma, a maior parte daqueles que negam uma dessas posições, também se opõe à outra. Ambas as posições são negadas pelo autor que é o foco da nossa atenção nesta obra. É bem provável que as duas afirmações sejam intimamente ligadas e, portanto, os argumentos que provem uma posição sirvam para provar a outra; e que as barreiras à aceitação de uma posição não sejam maiores que as da outra.

Em primeiro lugar, examinarei essa doutrina pela perspectiva da *corrupção da natureza*. À medida que tratamos essa questão, a outra naturalmente virá à tona ao longo da discussão e se mostrará ligada à primeira. Uma vez que todas as

qualidades morais, todas as virtudes e toda a decadência residem na disposição do coração, avaliarei se existem evidências mostrando que o coração humano é naturalmente corrupto e disposto ao mal. Esse fato é negado enfaticamente por muitos escritores contemporâneos, inimigos da doutrina do pecado original, em particular, o doutor Taylor.

Descobrimos qualquer disposição ou *tendência* com a observação de acontecimentos que são constantes ou gerais, em especial os que se revelam numa grande variedade de circunstâncias e, acima de tudo, quando o efeito ou acontecido permanece igual diante de grande e variada oposição, ou quando grande força e meios contrários não servem para inibir o efeito. Não sei se as pessoas negam que essa prevalência de efeitos seja evidência de tendência prevalente de causas e agentes. Também fico na dúvida: será que os opositores da doutrina do pecado original veem a normal sequência de eventos no mundo que mostra a corrupção da humanidade, e depois negam que essa situação seja evidência de uma inclinação prévia nos seres humanos? Muitos desmentem essa conexão, e dizem que a corrupção e o mal moral não prevalecem no mundo. Pelo contrário, insistem que o bem prevalece, e a virtude está em ascendência.

Nesse contexto, o doutor Turnbull observa:¹

Quando as pessoas pensam a respeito da prevalência do mal no mundo, logo se lembram de toda sorte de roubos, pirataria, assassinatos, perjúrio, fraudes e massacres dos quais ouviram falar. Logo chegam à conclusão de que toda a humanidade é muito corrupta, como se um tribunal de justiça fosse o melhor lugar para fazer uma avaliação da moralidade humana, ou se um hospital fosse o melhor lugar para medir a salubridade de uma cidade. Se esquecem, porém, de que o número de cidadãos honestos ultrapassa de longe a quantidade de criminosos de todos os tipos em qualquer região. Além do mais, as ações inocentes e bondosas dos próprios criminosos ultrapassam a quantidade de seus delitos. Os crimes que chamam a nossa atenção e que acabam sendo registrados para a posteridade são raros em comparação com as ações positivas e generosas. Estas são ignoradas porque são muito comuns, não é verdade? Por que a pessoa passa a vida inteira com boa saúde, porém sempre se recorda daquela virose que a deixou acamada por trinta dias? Não exagere os males da sociedade. Faça uma avaliação equilibrada da vida humana. Compare os casos chocantes de barbaridade e malevolência em qualquer época com as ações generosas e corajosas que abrilhantam a história humana; e não se esqueça da inocência prevalente, da disposição positiva e da felicidade da maior parte da população de qualquer época. Ao fazermos esse levantamento de maneira justa, não teremos motivos para reclamar com Deus que todas as pessoas são corruptas e que quase não existe nada neste mundo que seja virtuoso. Numa avaliação imparcial, ficará evidente que grandes escândalos foram muito incomuns em todas as gerações, e a sensação de virtude prevalece.

¹George Turnbull, *Principle of moral philosophy* (London: John Noonm, 1740), p. 289-90.

O doutor Taylor adota uma posição semelhante quando diz: “Não é razoável avaliar nosso bem estar a partir de um hospital que trata de doenças infecciosas; nem devemos medir nossa saúde mental a partir de um hospício, nem podemos adquirir valores morais de uma penitenciária” (p. 77. S.).

Se de fato a disposição natural do coração humano é corrupta, ou não, esperamos ter melhores condições para julgar quando tivermos considerado os argumentos seguintes. Para maior clareza, talvez seja propício já fazer uma observação importante a respeito dessa controvérsia — uma questão frequentemente ignorada pelos opositores da doutrina do pecado original.

Quando falamos das coisas do jeito que são, da verdadeira tendência da disposição inata do coração humano, estamos olhando para a natureza humana sem a *interposição da graça divina*. A disposição má e perniciosa da mente humana certamente nos levaria para consequências desastrosas, se não fosse a intervenção da misericórdia gratuita e da bondade de Deus para prevenir aquele resultado. Seria estranho argumentar que não existe tendência humana corrupta porque a compaixão do Todo-Poderoso intervém para se opor àquela tendência e prevenir suas tristes consequências. Especificamente, se existe algo dentro da natureza humana, pelo qual as pessoas têm uma tendência universal infalível na direção do mal moral, e que implica em sua mais completa ruína, precisamos encarar isso como propensão para o mal. Mesmo assim, a graça divina pode intervir para salvar o ser humano da ruína merecida e conduzi-lo num caminho contrário às suas tendências naturais. A graça é soberana, exercida de acordo com a boa vontade de Deus para transformar o mal em bem. O efeito disso não pertence à natureza das coisas em si, que sofrem de tendências nocivas, da mesma forma que um remédio não pertence à enfermidade. A graça independe do mal; é introduzida para se opor à tendência natural do ser humano, para reverter o curso natural das coisas. Entretanto, a tendência das coisas é por causa de sua natureza, de acordo com seu desmerecimento diante da justiça divina. As palavras do doutor T. insinuam essa verdade (*Pref. to Par. on Rom.*, p. 131): “Somente Deus declara se vai perdoar ou punir a impiedade e injustiça da humanidade, que, por sua própria natureza, é passível de punição”. Não há nada que mais reflita a verdadeira condição das coisas que a justiça divina. Ela pesa as coisas numa balança imparcial; ela enxerga e avalia as coisas do jeito que são em sua própria natureza. Concluímos: diante da justiça divina, aquilo que mostra a tendência de se corromper o faz pela tendência embutida em sua própria natureza.

Precisamo-nos lembrar de que estamos falando de depravação moral. Quando consideramos se essa depravação é fruto de uma inclinação que nos acarreta efeitos negativos, trata-se de uma questão moral. Uma tendência moral é por merecimento. Assim, podemos dizer que a natureza ou estado de uma pessoa possui uma tendência perniciosa ou destrutiva quando se inclina àquilo que *merece* o sofrimento e a destruição. Isso mostra duas coisas: a depravação moral da natureza humana em seu estado atual, seja aquela natureza acompanhada de uma tendência à vingança

destrutiva realizada; ou apenas a sua *exposição* à possibilidade de destruição, mesmo que as consequências fatais sejam impedidas pela graça ou por outro acontecimento.

Vale a pena levantar mais um tópico abordado insistentemente pelos opositores da doutrina do pecado original: a justiça de Deus. Fazem objeções contra a imputação do pecado de Adão, e também contra o fato de os seres humanos entrarem no mundo já com natureza corrupta e arruinada, sem que tenham merecido a desaprovação do Criador por causa de qualquer falha pessoal. Essa desaprovação, porém, não é incompatível com a justiça de Deus, se é o caso que as pessoas realmente nascem com a tendência de pecar e, com isso, sofrerão as consequências do pecado, a não ser que a graça comum intervenha para impedir esse resultado. Se admitirmos essa possibilidade, não há mais argumento contrário baseado na justiça de Deus, pois, se não houvesse pecado, não haveria necessidade da interposição da graça divina para salvar as pessoas. A justiça, por si só, seria suficiente se fosse aplicada sem a graça. Então a disputa a respeito da justiça se resume assim: se as pessoas nascem num estado miserável, com tendência à ruína, que realmente se realiza, com justiça; ou se as pessoas nascem num estado que tende ao merecimento de ruína, que possa se realizar, com justiça, e que realmente se sucede, se não fosse a interferência da graça. Pois a grande questão não é o que a graça fará, mas o que a justiça talvez faça.

Faço questão de me aprofundar nesse ponto, pois ele enfraquece muitos argumentos e conclusões do sistema elaborado pelo doutor T. Em seu argumento, ele começa com o estado da humanidade diante da graça divina; no entanto, ele ignora essa condição ao tirar conclusões contrárias àquelas que partem do pressuposto do estado deplorável da humanidade por causa da queda.² Alguns argumentos do

²Ele [o doutor Taylor] fala frequentemente sobre a morte e a aflição que atingem a posteridade de Adão por causa de seu pecado. Nas páginas 20 e 21, e em muitos outros lugares, ele supõe que essas coisas vêm em consequência de seu pecado, não como punição ou calamidade, mas como benefício. Porém, na página 23 ele supõe que essas coisas seriam uma grande calamidade se não fosse a ressurreição. Taylor se refere em muitos lugares a essa ressurreição, como sendo por Cristo, e pela graça de Deus em Cristo. (p. 63-4). A respeito de nossa sujeição ao sofrimento e à morte em consequência do pecado de Adão, o doutor Taylor diz que esses resultados são males que são revertidos em vantagens, dos quais somos libertos pela graça em Cristo. Nas páginas 65, 66, e 67, ele afirma que Deus transforma a morte em vantagem pela graça em Cristo, e isso justifica a justiça de Deus que traz a morte por Adão. (p. 152, 156). Contra a opinião da assembleia dos teólogos, o doutor Taylor alega que somos, por natureza, escravos de Satanás, e que desde a fundação do mundo até hoje, Deus tem providenciado vários meios e dispensações para preservar e resgatar a humanidade do Diabo. (p. 168-70). Para responder à objeção de que nossas circunstâncias são piores que as de Adão, o doutor Taylor diz que nossas circunstâncias são felizes por causa da graça livre em Cristo. (p. 228). Romanos 7 parece argumentar contra a doutrina de doutor Taylor ao dizer que existe uma lei em nossos membros que nos escraviza à lei do pecado e da morte. Ele, porém, diz que aqueles que estão debaixo de uma lei que acompanha cada pecado com ameaça de morte (a mesma lei, diz o doutor Taylor em outro lugar, que nos mostra o natural demérito do pecado, consonante com a verdade e a justiça eternas) devem ser bem miseráveis, se eles não têm nenhum alívio da misericórdia do autor da Lei. (p. 90-93. S.). O doutor Taylor se opõe à ideia de que a humanidade permaneça num estado miserável por causa do pecado de Adão, alegando que os nobres desígnios do amor, manifestados por uma dispensação nova e feliz, sejam fundados na obediência e fidelidade do Filho de Deus. Embora por causa de Adão sejamos sujeitos à morte, nesta dispensação a ressurreição é providenciada, e a posteridade de Adão está debaixo de uma leve dispensação de graça (p. 112. S.). O doutor Taylor justifica a maneira em que Deus trata Adão, ao colocá-lo primeiro debaixo do rigor da Lei, da transgressão e da morte

doutor T., para serem bem sucedidos, dependem do seguinte raciocínio: que a dispensação da graça divina é uma retificação ou emenda da constituição divina anterior, que era meramente legal. É como se as dispensações da graça, que sucedem aquelas da mera lei, implicassem num reconhecimento que a constituição legal anterior seria injusta se fosse deixado do jeito que estava, ou pelo menos seria muito severa para a humanidade. Para o doutor T., a graça divina é uma espécie de satisfação dada às criaturas de Deus por causa de danos ou maus tratos anteriores. Juntando a injúria com a satisfação — a dispensação legal e nociva seguida pela dispensação positiva, que o doutor T. chama graça — a severidade e injustiça da dispensação anterior, retificada pela bondade da dispensação posterior — tudo isso se junta para fazer uma dispensação justa.

O leitor deve estar ciente de que já falei a respeito da graça divina, a saber, que ela não altera a natureza das coisas como são. Portanto, quando falo de uma tendência para o mal, que faz parte da condição atual da humanidade, entende-se a tendência das coisas em sua essência, à parte de qualquer consideração do remédio providenciado pela graça soberana e infinita de Deus. Uma vez aceitas essas premissas, afirmo que toda a humanidade, sem exceção, se encontra nessa condição: as pessoas são passíveis da perdição eterna, amaldiçoadas por Deus e objetos de sua ira implacável por causa do pecado. Com isso, concluo que o estado natural do ser humano é propenso por natureza à corrupção e à depravação moral, que implica em sua ruína total.

A seguir, avalio a verdade dessa proposição; depois, mostro a certeza das consequências dela inferidas. Se eu conseguir provar claramente as duas coisas, espero que ninguém possa negar a doutrina da depravação original. Dessa maneira, a inverdade do esquema do doutor T. será demonstrada. A maior parte do livro desse autor, intitulado *The Scripture-doctrine of original sin*, se opõe à doutrina da depravação inata. Na página 107, ele diz que o cerne do argumento daqueles que sustentam a doutrina do pecado original é a transferência da natureza corrupta e pecaminosa à posteridade de Adão.

(deixando a felicidade de Adão, usando suas próprias palavras, em grande perigo), Deus havia determinado em seu próprio coração que estabeleceria imediatamente sua aliança em outro fundamento completamente diferente, a saber, a graça. (p. 122-3. S.). Contra o que Isaac Watts alega em sua obra *Ruína e restauração*, que Deus abandonou os seres humanos quando caíram, e que a humanidade nascida depois do pecado de Adão ficou sem o favor divino. Em resposta, o doutor Taylor diz, entre outras coisas, que Cristo veio para ser a propiciação para os pecados do mundo inteiro; que das riquezas da misericórdia de Deus saiu a promessa de um Redentor que destruiu as obras do Diabo; que Deus segurou sua criatura pecaminosa, caída, nos braços de sua graça. Em sua nota sobre Romanos 5.20, p. 297 e 298, o doutor Taylor diz: “Ao meu ver, a Lei não é uma dispensação apropriada à enfermidade da natureza humana em seu estado atual. Não me parece consistente com a bondade de Deus que não tenhamos outro meio de salvação, a não ser por uma Lei pela qual, se a transgredirmos, seremos arruinados para sempre. Pois quem, então, desde o início do mundo, poderia ser salvo? Portanto, me parece que a Lei não tinha o propósito de ser uma regra para obter a vida, mesmo com Adão no Jardim do Éden. A graça foi a dispensação planejada por Deus para a humanidade e, portanto, Cristo foi pré-ordenado antes da fundação do mundo.” Há várias outras passagens semelhantes nos escritos do doutor Taylor.